

O PENSAMENTO LIBERAL E CONSERVADOR NO BRASIL: DINÂMICAS E REPERCUSSÕES

Juan de LIMA¹

Resumo: O presente trabalho procura entender as dinâmicas dos pensamentos conservadores e liberais no contexto colonial, imperial e republicano brasileiros. Busca explicar, sobretudo, as condições estruturantes para a formulação desses tipos de pensamentos e a sua direta ligação com o âmbito social, seja no momento de sua elaboração, seja na sua repercussão.

Palavras-chave: Pensamento político brasileiro. Conservadorismo. Liberalismo.

THE LIBERAL AND CONSERVATIVE THOUGHT IN BRAZIL: DYNAMICS AND REPERCUSSIONS

Abstract: This article aims to understand the dynamics of the conservative and liberal beliefs in colonial, imperial and republican brazilian contexts. Aims to explain, mainly, the structural conditions to the formulation of these kinds of beliefs and their direct connection with the social ambit, in the moment of your elaboration, either in your repercussion.

Keywords: Brazilian political thought. Conservatism. Liberalism.

Pensamento liberal e conservador: conceituações

As formas de interpretação dos autores que elencamos para nossas análises apresentam variações em alguns pontos, mas todas as considerações, em algum momento da análise, parecem se encontrar no eixo que diz respeito às forças políticas e ideológicas que se procurava influir no Brasil, sob as influências externas, sendo elas a conservadora ou a liberal. Outro ponto a se considerar é a contradição dessas formas de pensamento político ideal, ou teórico, e aquela realidade que de fato havia, seja no período colonial, imperial ou republicano brasileiro.

Antes de iniciarmos nossas considerações sobre a série de pensamentos dos autores, decidimos realizar um esforço teórico a fim de que entendamos melhor a conceituação acerca do que se trata exatamente o pensamento liberal e o pensamento conservador. Botelho e Ferreira (2010) apresentam ideias interessantes para nossas

¹ Graduando em Ciências Sociais. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara - SP - Brasil. 14800-901 -juan.de.lliba@hotmail.com

análises. Para os autores, haveria uma diferença entre o pensamento conservador e o pensamento tradicional. Enquanto que o pensamento tradicional existiria em qualquer época, pois se trata da busca de um instinto de vida dos antigos, o pensamento conservador estaria localizado em um tempo e espaço específico. A forma pela qual o pensamento conservador assume suas especificidades diz respeito, sobretudo, a uma busca pela repetição de um tipo de ação política ou governamental que fora bem sucedido em outra época. Portanto, o pensamento conservador residiria na análise de fórmulas de sucesso de outrora que poderiam ser aplicáveis ao contexto em que se encontra a sociedade atual.

Alguns dos traços delineados pelos autores referidos acima sobre o pensamento conservador e que se mostram importantes para a nossa análise talvez seja a valorização de formas de vida e organização encontradas no passado, grande apego a ideais religiosos, a valorização de associações intermediárias, como a família, a aldeia tradicional e corporações e, também, à presença de críticas à centralização do Estado e ao individualismo moderno. O pensamento conservador teria um grande apreço às hierarquias e uma aversão ao igualitarismo (BOTELHO; FERREIRA, 2010).

Para o pensamento liberal, ainda nas considerações de Botelho e Ferreira, seria necessário um Estado e que dele parta grande parte das políticas que dizem respeito à elaboração de leis, leis essas que garantiriam, sobretudo, a liberdade individual dos indivíduos. Além disso, os liberais propagam também o distanciamento entre religião e Estado. Essa foi a forma de governo que passou a ser operada na maioria dos países que aboliram a monarquia em seus territórios nacionais.

Teoria e prática: descompassos

Dando prosseguimento às conceituações teóricas para entendermos o quadro geral brasileiro, passemos aos demais autores. Roberto Schwarz é um deles. No Brasil, apresentar-se-iam ideias “fora do lugar” (SCHWARZ, 1992). Segundo a concepção do referido autor, para ele, haveria uma incompatibilidade entre aquilo que se buscava e propagava e aquilo que havia de fato no plano concreto. A dependência brasileira pode ser observada tanto no plano macro quanto no plano micro, inclusive quando se analisam as relações estabelecidas entre as pessoas.

Para Schwarz, a forma de relação pessoal que se desenvolveu no Brasil pode ser entendida como uma relação de dependência, ou ainda, de favor, e essa seria a nossa

mediação quase que universal das relações entre os indivíduos, invariavelmente baseada na força. A colonização, sendo aqui implantada para atender à produção de riqueza voltada ao mercado externo, se distancia daquilo que houve na Europa, quando entendemos que existiu de fato uma ruptura entre o *Ancien Régime* por meio dos ideais burgueses, e no caso estadunidense, um rompimento abrupto com a relação de subserviência que havia sendo desenvolvida desde a colonização. No Brasil, procurava-se o sucesso do acúmulo de capital que houve na Europa e também nos EUA, que implicava, sobretudo, um rompimento com a colônia. Mas aqui não houve de fato uma ruptura entre as antigas formas de organização social para que assim pudesse surgir outra forma de estrutura social, política e/ou econômica. O que houve, de fato, foi uma orientação de reorganização social baseada na força, quase sempre incutida pelo Estado brasileiro. Em outros casos, foi pelas forças dominantes da produção econômica que aqui se tinha no período.

Schwarz (1992) entende que, no caso brasileiro, as diretrizes de reforma e reorganização social, econômica e política sempre estavam atreladas àqueles que ou detinham o poder político, ou que então possuíam grande parte da produção econômica. No caso econômico, podemos analisar que determinados grupos realizavam as suas atividades políticas tendo em vista a manutenção e aumento da produção da riqueza que produziam, formando poderes locais de influência de poder. Deste modo, aqueles que tinham grandes fazendas também detinham grande influência política, e quando procuramos entender de que forma a política se arranja no Brasil, encontramos uma dependência das classes mais baixas frente às grandes instituições políticas e econômicas.

Portanto, entendemos que o que aconteceu aqui foram transformações sociais, políticas e econômicas orientadas por aqueles que estavam de fato no poder. Não houve uma revolução. Ocorreram, aqui, transformações orientadas de “cima” para “baixo”. Sempre o Estado esteve por detrás das reformas brasileiras substanciais.

A dependência no plano macro, ainda no pensamento de Schwarz, se mostra evidente quando verificamos que a produção da riqueza nacional é realizada tendo em vista o mercado externo. Podermos entender que, se aqui havia de fato um grande contingente de homens escravizados, seria impossível acontecer o desenvolvimento de um mercado consumidor interno e autônomo. Grande parcela da população, mesmo após a abolição, continuou em situação precária de existência. Desse modo, apesar da grande produção de riqueza, o país sempre esteve dependente do mercado externo, já

que não houve um pleno desenvolvimento de um mercado consumidor interno que pudesse absorver a produção nacional.

Bernardo Ricupero (2007) elenca três autores na tentativa de resgatar parte da tradição intelectual que houve no Brasil para se entender o período que procuramos analisar no nosso trabalho: Raymundo Faoro, Wanderley Guilherme dos Santos e Roberto Schwarz. Destes, já apresentamos as considerações realizadas por Roberto Schwarz (2012). Então, passemos aos demais. Cabe ressaltar, de antemão, o critério de escolha dos pensadores que Ricupero apresenta em suas análises. O autor entende que todos estes estiveram preocupados no exame de como se elabora um pensamento político e social brasileiro quando o país se encontrava em um contexto que é social e politicamente dependente e periférico.

Para Ricupero (2007), os três autores deram atenção, sobretudo, ao tema do papel do liberalismo no Brasil no século XIX. Ainda que convirjam no reconhecimento do fenômeno, divergem ao avaliarem o significado do que se cria no Brasil a partir dele. Analisando Faoro, Ricupero diz que o pensamento político brasileiro é de contraste, diferenciando o pensamento político da filosofia política e da ideologia. Segundo Ricupero, para Faoro, a ideologia é entendida como uma consciência invertida. Teria ela o papel de amparar o domínio de uma classe ou de um grupo social sobre as demais, buscando-se a hegemonia da classe dominante, ao tentar convencer as demais classes de que seus interesses seriam, supostamente, universais.

Para Faoro, o pensamento político situa-se entre os sistemas estruturais de pensamento abstrato (filosofia política, o seu *logos*), e a ideologia (práxis). O pensamento político seria uma espécie de *logos* que orientaria a práxis. Entretanto, o pensamento político não estaria tão preocupado em ser coerente como se exige a filosofia política, nem estaria tão disseminada como a ideologia. O pensamento político brasileiro parte de uma não autonomia. Estaria subordinado ao pensamento metropolitano. Uma vez mais, podemos perceber o ponto de encontro das ideias entre os autores até aqui tratados, no caso, na busca de se explicar a dependência dos moldes de pensamento político estrangeiro que orientavam as práticas políticas e sociais no Brasil. Faoro ainda nos diz que a metrópole portuguesa influenciava o pensamento brasileiro recuperando, inclusive, a noção medieval de intermediação popular do poder e de origem divina (soberania popular).

Faoro duvidaria da possibilidade de superação do estamento burocrático que se desenvolveu no Brasil. Se os senhores rurais liberais vencessem a orientação política no

país, estaria implantada a anarquia. Desse modo, para o autor, a inexistência de um pensamento político brasileiro não é uma opção, devido às condições históricas. Daí, uma incompatibilidade entre a práxis e o *logos* de orientação política.

Já ao analisar Wanderley Guilherme dos Santos, Ricupero (2007) entende que o autor compreendia um contraste entre o realismo dos conservadores com o verdadeiro “fetichismo institucional” dos liberais, o de que bastaria adotar os modelos estrangeiros para se mudar a ordem, ou então o desejo de mantê-la. Entretanto, conservadores e liberais concordariam em se instaurar no Brasil uma forma análoga de burguesia europeia e estadunidense. Para tal, seria necessário vencer o poder dos senhores de escravos.

Paulo Mercadante (1972) entende que a mentalidade conservadora não teria, por si só, uma pré-disposição teorizadora. As reações conservadoras, diante de certos fatores, tranquilamente aceitam o existente como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo (concepção paralela ao que discutimos com Botelho e Ferreira). Segundo o autor é a ideia de revolução, ou mesmo transformação de uma ideologia que provocaria as reações conservadoras, ao passo que os atores políticos em questão desejam limitar as possíveis transformações, já que teriam medo de perderem seus limites de atuação. Entendemos que isso se reflete, sobretudo, nos grupos hierárquicos que passaram a comandar o jogo político².

Para Mercadante (1972), ainda, a elite brasileira seria formada tendo em vista o compromisso com o cristianismo (compromisso próprio do século XIX), realizada por uma minoria sábia. Esses homens seriam, em geral, cientistas, que buscariam meios de realizar “reformas para se conservar”. A forma adotada pela *intelligentsia* brasileira repousa no espírito da restauração. Os homens públicos desenvolveriam suas ações de acordo com a sua origem social. Quase que em sua totalidade, segundo Mercadante, esses atores ou eram ligados ao domínio rural ou então faziam parte da burguesia ligada aos interesses de exportação, e a inserção de homens à vida pública derivava mediante a confiança do grupo dominante. O liberalismo econômico era adequado sob as bases da

² Lilia Moritz Schwarcz, em *As Barbas do Imperador* (1998), realiza um estudo amplo na tentativa de se tentar entender as formas buscadas para a implantação de uma monarquia no Brasil, com seus sucessos e insucessos, levando em consideração, sobretudo, o resgate às formas antigas de simbologias monárquicas europeias de modo mais intenso ou brando no Brasil, ao passo que o liberalismo de oposição, para o autor, recorrendo a um racionalismo, se distingue no fato de apelar ao sentido normativo impresso em uma experiência atual, e que não dispensariam a dinâmica social, caso fosse necessária para se atingir os fins esperados.

consolidação da liberdade do comércio, enquanto o liberalismo político era ajustado de acordo com as necessidades do regime, que se apoiava sobre o trabalho escravo.

Dito isso, o autor prossegue dizendo que a mentalidade conservadora brasileira, ao buscar referência no romantismo das revoluções, sobretudo a francesa, leva em conta a sociedade como sendo uma unidade espiritual e não o Estado como sendo resultado de relações contratuais, repreendendo, portanto, as transformações que partam das relações entre os indivíduos, já que não se leva em conta a elaboração de um estatuto que contenha em si a síntese da mentalidade e costumes dos povos que se pretende realizar a elaboração de leis. Daí o caráter pouco dinâmico das transformações sociais que sempre, invariavelmente, partem de elaborações vindas do Estado.

A mediação entre o plano político e o social e, conseqüentemente, a tendência conservadora histórica, segundo Mercadante, já é visível no movimento de 1822. O liberalismo econômico harmonizava as relações internas de produção, enquanto que o liberalismo político sofre um processo de adaptação, ao não levar em conta a escravatura. Há, então, a teorização das ideias dessa elite nacional brasileira. As ações de pensadores revolucionários, ainda segundo o autor, pouco puderam realizar de fato, pois era no centro atuante da política, formado por essa elite, que as ideias eram formuladas, ouvidas e realizadas.

Podemos entender, assim, as contradições estabelecidas entre teoria e prática. O que se buscava realizar no Brasil colonial e independente era, sobretudo, um projeto modernizador no sentido de que se desenvolvessem as condições materiais de produção, o meio tecnológico etc. A modernidade, ou seja, o estado de espírito dos cidadãos, no que recai ao âmbito mais subjetivo da análise, não é pretendido. A modernidade, segundo Werneck Vianna (1997), não necessariamente acompanharia o processo de modernização. Sempre há um projeto civilizador e civilizatório. No caso brasileiro, tratar-se-ia de uma revolução passiva, em que as ambigüidades surgidas entre o âmbito prático (de modernização) e o subjetivo (de modernidade) eram resolvidas dentro e por meio do Estado nacional.

Luiz Werneck Vianna, interpretando Oliveira Vianna, diz que este entende que o claro atraso brasileiro poderia ser explicado pela via política, pois é o poder deficitário, segundo o autor, que corrompe e impede os indivíduos de se elevarem à cidadania plena, *de facto*. O poder que se passou a ter no Brasil, de forte caráter elitista, partindo do próprio Estado, enfraquece o espírito público. A reforma política não deveria partir “de baixo”, pela sociedade civil e seus movimentos sociais, pois se tinha o risco da

perda da unidade nacional, nos obrigando a permanecer em um regime protetorado, tendo em vista o constante risco de anarquia e do caudilhismo que poderia surgir desses movimentos sociais.

Indo em direção à Primeira República, ainda no pensamento de Oliveira Vianna (1997), pode se reconhecer reminiscências desse passado brasileiro não tão distante. Reconhece algumas características do poder que havia no Brasil durante a Primeira República, como a hipertrofia do Poder Executivo, a participação efetiva do Executivo na elaboração de leis, contando inclusive com a possibilidade de veto direto das leis elaboradas pelo Judiciário, entre outros fatores. Indicaria, principalmente, o caráter autoritário e personalista do Estado brasileiro.

Mesmo assim, Vianna defende um poder autoritário, transitório, tendo em vista o encerramento do poder clânico local e parental que se desenvolveu no Brasil. O poder local coloca em risco, segundo o autor, o poder federal, atingindo a unidade nacional pretendida. Ainda diz que o povo brasileiro seria incapaz de se governar, daí a defesa aos grandes proprietários, de que isso levaria ao amadurecimento de ideias tanto conservadoras quanto liberais dos verdadeiros motores da economia nacional. A liberdade, para Vianna, diz respeito ao autogoverno dos cidadãos, e é, portanto, as elites estatais que desencadeariam o liberalismo, a verdadeira face da liberdade política.

Para encerrarmos nossas análises, as ideias de Caio Prado Junior (2008) se mostram essenciais, já que o autor leva em conta, em grande parte, a questão econômica no processo de estruturação das relações políticas e sociais que se apresentaram aqui. Sendo a colonização um fato essencialmente econômico, entendemos a importância do uso do pensamento de Caio Prado Junior em nossas análises.

Caio Prado leva em consideração uma análise que dê conta de uma sistematização de um saber que procure acompanhar a dinâmica do real. Portanto, inicia a sua análise a partir do caráter eminentemente cíclico da produção nacional. Esse seria o sentido da colonização, e isso se reverberaria até a contemporaneidade, analisada pelo autor, e explicaria, em grande parte, o atraso brasileiro da indústria nacional nos anos 1960, época em que ele faz a análise do texto utilizado por nós. Também entende que o escravismo que se desenvolve aqui deve ser levado em conta como uma instituição total. Prado, apesar de levar em consideração o particularismo brasileiro, não recai em uma análise simplista. Recorre, sobretudo, às relações entre o particularismo brasileiro e o universalismo.

O consumo de produtos primários é um fato universal, e o Brasil se veria encarregado de abastecer esse mercado internacional com os seus produtos, oriundos de um trabalho escravo. A organização social, invariavelmente, estaria atrelada aos interesses desse mercado internacional, e é esse tipo de economia que faz com que se instaure e se mantenha a escravidão, já que a agricultura, à época, demandava uma tecnologia não tão avançada, havendo, portanto, o acúmulo de mais-valia absoluta, e não de mais-valia relativa. Tinha-se o capital extraído ao máximo, já que os indivíduos não eram livres, e a manutenção desse sistema escravocrata se explicaria pelo pouco retorno desse capital ao dinamismo dos meios de produção, já que a produção agrícola cíclica demandaria pouco capital tendo em vista o desenvolvimento tecnológico. A escravidão moderna não se funda na tradição, mas sim, a fim de que se satisfaçam as necessidades do capitalismo. A escravidão seria, para o autor, anacrônica e contraditória, já que surge em contexto altamente marcado pelas ideias liberais dos grandes centros comerciais (PRADO JÚNIOR, 2008).

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, A.; FERREIRA, G. N. Revendo o pensamento conservador. In: _____. (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2010. p.11-22.
- MERCADANTE, P. A dinâmica conservadora. In: _____. **A consciência conservadora no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p.217-35.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RICUPERO, B. Existe um pensamento político brasileiro? ou as ideias e seu lugar. In: _____. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007. p.29-47.
- SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992. p.13-28.
- VIANNA, L. W. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Viana com Tavares Bastos. In: _____. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p.125-72.

